



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

**RIBEIRINHOS NA AMAZÔNIA: UM CONCEITO SEM MARX? REFLEXÕES A PARTIR DE UM
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO**

CHRISTIANE PIMENTEL E SILVA¹

BRUNA SERRÃO GONÇALVES SERRÃO GONÇALVES²

RESUMO

O artigo discute o conceito de “ribeirinhos” na Amazônia a partir de uma revisão bibliográfica que selecionou estudos entre 2015 a 2024, evidenciando a fragilidade de uma definição aprofundada, que destacam apenas a diversidade cultural e social dessas comunidades. Propõe-se uma reflexão baseada no método marxiano, articulando o termo à categoria trabalho para uma compreensão mais completa.

Palavras-chaves: Ribeirinho, Amazônia, Identidade Cultural, Trabalho.

ABSTRACT

Abstract: The article discusses the concept of "ribeirinhos" in the Amazon through a bibliographic review of studies selected between 2015 and 2024, highlighting the fragility of an in-depth definition, which only emphasizes the cultural and social diversity of these communities. A reflection based on the Marxian method is proposed, linking the term to the category of labor for a more comprehensive understanding.

Keywords: Ribeirinho, Amazon, Cultural Identity, Labor.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo inicial deste artigo é compreender o conceito de “ribeirinhos” empregado tanto na formulação de políticas públicas quanto nos textos acadêmicos. Para isso, foi realizada uma

¹ Universidade Federal do Pará

² Universidade Federal do Pará



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

revisão bibliográfica de literatura em quatro bibliotecas virtuais – três de revistas científicas e um anais de evento internacional de políticas públicas – dos últimos 10 anos (2015-2024). O resultado destacou que o termo “ribeirinho” é compreendido sem o primado da totalidade. Portanto, apresenta-se o resultado da revisão bibliográfica e reflete-se como as categorias do método materialista histórico-dialético de análise da realidade podem contribuir para aprofundar o entendimento sobre “ribeirinhos”.

Ao término da revisão de literatura, constatou-se que os textos se concentram exclusivamente nos conceitos de identidade, formação social (com ênfase na ocupação de territórios), luta histórica (sem referência direta à luta de classes), no “modo de vida ligado à natureza” e nas formas de “organização social e/ou de produção”, sem que estes últimos fizessem referência a categoria trabalho. Em outras palavras, as características apresentadas não representavam uma totalidade histórica em movimento, rica e articulada pela relação entre essência e aparência.

É necessário, fomentar a discussão, a produção e o aprofundamento de pesquisas e estudos com base em análises marxistas. No campo da formulação e implementação de políticas públicas, a falta de aprofundamento teórico do conceito de “ribeirinho” pode impactar diretamente o mapeamento do número de famílias ribeirinhas e comprometer a implementação adequada de políticas públicas. Isso pode afetar a alocação de recursos para áreas como assistência social, saúde, educação, ou resultar em intervenções insuficientes devido às dificuldades de interpretação do conceito.

O mapeamento dos povos e comunidades tradicionais, incluindo as comunidades ribeirinhas, também apresenta fragilidades. Dados aproximados foram obtidos a partir de um levantamento realizado pelo Ministério Público Federal em 2019, no qual Paulo (2019) constatou que 650.234 famílias se declararam como pertencentes a povos ou comunidade tradicionais no Brasil. O estado com maior concentração dessas famílias foi o Pará, que abrigava 20% do total, incluindo a maior quantidade de famílias ribeirinhas (50.314)³, extrativistas (11.826) e pescadores artesanais (40.123).

No entanto, esses dados não refletem a situação atual. De acordo com Relatório de Programas e Ações do MDS, em julho de 2024, o Brasil possuía 1.384.101 famílias identificadas como pertencentes a povos ou comunidade tradicionais que solicitavam algum auxílio de algum

³Ainda segundo Paulo (2019), no ano de 2019, o segundo estado com a maior concentração de famílias ribeirinhas foi o Amazonas, com 16.507 famílias, seguido pela Bahia, em terceiro lugar com 9.670 famílias.

programa de transferência de renda, das quais 196.946 eram famílias ribeirinhas. Dentre estas, 52,43% estavam no estado do Pará, totalizando 103.256 famílias.

2 METODOLOGIA E RESULTADOS DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para a pesquisa sobre o conceito de “ribeirinhos”, foram selecionadas quatro bases de dados: JOINPP (Jornada Internacional de Políticas Pública), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*). A JOINPP é um evento que estimula a produção e troca de conhecimento e experiência em políticas públicas, a LILACS é especializada em ciências da saúde com temas socioeconômicos e culturais, o Portal da CAPES oferece uma ampla cobertura de diversas áreas do conhecimento no Brasil e a SciELO foca em publicações da América Latina e Caribe.

A estratégia de busca utilizou as palavras-chave “conceito de ribeirinhos” e “ribeirinhos”, com critérios de inclusão e exclusão definidos. Foram incluídos artigos em português, de acesso aberto, publicados nos últimos 10 anos, que tratassem explicitamente do conceito de “ribeirinhos”. Foram excluídos trabalhos em outros idiomas, artigos não acessíveis integralmente, publicações anteriores a 2015 ou que não abordassem o tema diretamente.

O processo de seleção dos artigos começou com uma busca inicial nas bases de dados, seguida pela triagem de títulos e resumos para identificar relevância, aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, e análise dos textos completos para confirmação da pertinência. Ao todo foram encontrados 1.144 trabalhos, sendo 5 na JOINPP, 107 na LILACS, 952 no Portal da CAPES e 80 na SciELO. Foram incluídos 10 trabalhos e excluídos 1.134.

Os 10 artigos selecionados foram analisados qualitativamente, com foco nas definições e conceitos de ribeirinhos. Esses trabalhos também discutiam características demográficas e culturais das comunidades, os desafios sociais enfrentados, e as políticas públicas voltadas para essas comunidades. Os dados foram organizados em categorias temáticas para análise comparativa, permitindo identificar uma tendência: a ênfase em conceituar ribeirinhos pela identidade, formação social, luta histórica, modo de vida, formas de organização social e organização da produção. Além disso, foi constatada uma lacuna no aprofundamento teórico dessa conceituação. Abaixo, o quadro com a ênfase no conceito de cada artigo:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Quadro 1 – Ênfase conceitual de ribeirinhos, em artigos selecionados, 2015-2024.

Ano	Base de dados	Autoria	Título	Ênfase conceitual
2016	SciELO	LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues.	Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política	Formas de organização social. Modo de vida.
2016	Periódicos CAPES	CARDOSO, Maria Bárbara da Costa; HAGE, Salomão Mufarrej.	No Remanso do Contexto Ribeirinho Quilombola da Amazônia.	Identidade. Luta histórica.
2017	JOINPP	SILVA, Iêda Rodrigues da.	Modo de Vida Ribeirinho: construção da identidade amazônica	Identidade. Modo de vida.
2018	Periódicos CAPES	SANTOS, Ingrid Regina da Silva; ALMEIDA, Maria Geralda de.	Território e lugar: considerações sobre o viver ribeirinho no pantanal setentrional	Formação social. Formas de organização da produção.
2019	JOINPP	AQUINO, Ana Benedita Dias; SUTO, Gabriela Alves.	O Limite Territorial da Política de Assistência Social: desafios à consolidação da proteção social aos povos ribeirinhos marajoaras.	Modo de vida.
2021	JOINPP	CONCEIÇÃO, Marcelo Silva da; SODRÉ, Michelle Cristina Ribeiro; FILHO, Sérgio Luiz Cortinhas Ferreira.	Comunidades Ribeirinhas da Amazônia: reflexões sobre o saber e o viver	Formas de organização da produção. Formas de organização social.
2021	Periódicos CAPES	SIGSÚ, Larissa Da Silva; RAPOZO, Pedro. SANTOS, Eneila Almeida dos.	Ethos Amazônica: a poiésis dialógica identitária ribeirinha	Identidade. Modo de vida. Formas de organização social. Formas de organização da produção.
2023	Periódicos CAPES	CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da.	Caboclos-Ribeirinhos: camponeses na Amazônia	Formas de organização social. Formas de organização da produção.
2023	JOINPP	LEÃO, Ariete Pastana; COSTA, Aelton Dias; RODRIGUES, Eliana Teles.	Acordo de Pesca como estratégia de apropriação do território ribeirinho: um outro desenvolvimento possível no Baixo Tocantins, PA	Formas de organização social. Luta histórica.
2023	Periódicos CAPES	CASTRO, Elizarégia Reis de.	Comunidades Ribeirinhas: identidade e diversidade	Identidade. Formas de organização social.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa, 2024.

Cabe destacar que apontar uma lacuna no aprofundamento teórico a partir do método materialista histórico-dialético não implica que alguns artigos não tenham sido elaborados com base no método marxista ou que outras correntes teórico-metodológicas não possam contribuir com a compreensão do termo “ribeirinhos”. Pelo contrário, foram selecionados artigos que oferecem contribuições significativas para o entendimento dessa categoria de análise. No entanto,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a conceituação de ribeirinhos ainda carece de uma tentativa mais consistente de relacionar natureza e sociedade, o autoengendramento do ser social pelo trabalho e a propriedade privada, bem como de compreender essa particularidade social no interior da sociabilidade burguesa.

Os trabalhos que tratam da questão da identidade como um aspecto conceitual para designar “ribeirinhos” reconhecem que essa construção é complexa, multifacetada e moldada pelas condições ecológicas específicas da Amazônia, bem como por uma rica história de interações sociais e culturais. Essa compreensão é dada tanto em Leão *et al.* (2023) quanto em Castro (2023). Para esses autores, o próprio modo de vida e as práticas cotidianas – como pesca, agricultura de subsistência, rituais comunitários e sua adaptação ao ambiente fluvial – determinam uma identidade distinta das demais populações tradicionais.

No texto de Sicsú, Rapozo e Santos (2021), a identidade ribeirinha não é exatamente uma identidade étnica, mas uma vinculação ao espaço territorial, uma associação geográfica, que se constrói na expressão cultural e social. Esse ponto, que destaca a relação entre comunidades ribeirinhas, território e meio ambiente como aspectos fundamentais de sua identidade, também é abordado por Silva (2017) e Leão *et al.* (2023).

Os autores afirmam que o conhecimento dos recursos naturais e das práticas sustentáveis no uso desses recursos é uma estratégia vital para a sobrevivência dessas populações, que dependem da pesca, da agricultura de subsistência, da extração de madeira, e do extrativismo para sua manutenção. A elaboração de acordos de pesca, por exemplo, não apenas garante a subsistência, mas também promove a conservação dos recursos aquáticos e a proteção do território (CAÑETE *et al.* 2010; LEÃO 2023).

As comunidades ribeirinhas são caracterizadas por uma estrutura social baseada em redes de parentesco e formas tradicionais de liderança, que promovem a coesão social e a gestão comunitária. Lira *et al.* (2016) observam que essas estruturas sociais são fundamentais para a organização comunitária e a manutenção das práticas culturais, como a pesca e a agricultura de subsistência. Essas práticas são ajustadas continuamente para garantir a sustentabilidade e a resiliência diante das mudanças ambientais e sociais. A organização sociocultural dessas comunidades reflete sua adaptação ao ambiente fluvial e a necessidade de manter uma vida comunitária coesa e funcional.

O relacionamento das comunidades ribeirinhas com o território é igualmente complexo e multifacetado. Leão *et al.* (2023) destacam que as estratégias de manejo sustentável, como os acordos de pesca, são fundamentais para a preservação dos recursos naturais e para a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

manutenção da subsistência dessas populações. Essas práticas evidenciam o conhecimento ecológico tradicional e da capacidade das comunidades de adaptar suas atividades econômicas às condições ambientais específicas. A relação direta com o território e a dependência dos recursos naturais são aspectos centrais da identidade ribeirinha e da sua sustentabilidade econômica.

A organização sociocultural e política das comunidades ribeirinhas amazônicas reflete a importância das redes de parentesco e da cooperação econômica. Estruturas sociais baseadas em famílias extensas garantem a coesão social, enquanto a liderança é frequentemente exercida por figuras respeitadas que mantêm as tradições. A governança local é caracterizada por processos de decisão coletiva, destacando a importância da participação comunitária na manutenção da ordem e no manejo sustentável dos recursos (LIRA *et al.* 2016; CONCEIÇÃO *et al.* 2021; CRUZ 2023).

A economia ribeirinha é marcada por atividades de subsistência que são adaptadas às condições locais, como a pesca, a agricultura de subsistência, a extração de madeira, e o extrativismo. Essas práticas são sustentáveis devido ao conhecimento tradicional das comunidades, que permite um equilíbrio entre a exploração dos recursos e a conservação ambiental. Iniciativas de desenvolvimento sustentável buscam integrar esse conhecimento tradicional com novas tecnologias e políticas, visando garantir a viabilidade econômica a longo prazo (CRUZ 2023; CONCEIÇÃO *et al.* 2021).

Apesar de sua resiliência, as comunidades ribeirinhas enfrentam desafios significativos no acesso a serviços públicos como saúde, educação e assistência social. As barreiras geográficas, a falta de infraestrutura, e investimento em políticas públicas voltadas para essas comunidades específicas dificultam a implementação eficaz dessas políticas. Para consolidar a proteção social dessas populações, é necessário desenvolver abordagens que levem em conta suas especificidades culturais e territoriais, promovendo inclusão e justiça social (SILVA 2017; AQUINO *et al.* 2019).

Os conflitos territoriais são uma constante na vida das comunidades ribeirinhas, especialmente em áreas onde grandes projetos de desenvolvimento ameaçam suas terras e recursos naturais. Em resposta, essas comunidades desenvolvem estratégias de resistência cultural que envolvem a preservação de suas tradições e a luta por seus direitos territoriais. Essa resistência é crucial para a manutenção de sua identidade e modos de vida frente as pressões externas (CONCEIÇÃO *et al.* 2021; SILVA 2017).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Os saberes tradicionais das comunidades ribeirinhas são uma fonte inestimável de conhecimento ecológico e cultural, vital para a sustentabilidade, assim como de suma importância para a sobrevivência dessas populações. Transmitidos de geração em geração, esses conhecimentos incluem práticas de manejo sustentável e adaptação às mudanças ambientais. As inovações locais, muitas vezes baseadas nesses saberes tradicionais, demonstram a capacidade das comunidades de criar soluções eficazes para os desafios contemporâneos (AQUINO 2019; LIRA *et al.* 2016; CAÑETE *et al.* 2010).

As dinâmicas migratórias das populações ribeirinhas são moldadas por fatores econômicos, sociais e ambientais. A busca por melhores condições de vida frequentemente leva a migrações que resultam em transformações significativas nas estruturas sociais e econômicas das comunidades. Visto que não há significativos investimentos que corroborem para melhoria na qualidade de vida dos ribeirinhos, pelo contrário, projetos como o da criação de “reservas de preservação”, por exemplo, que limitam e precarizam ainda mais o modo de vida ribeirinho.

As áreas de conservação ambiental frequentemente impõem restrições às atividades tradicionais das comunidades ribeirinhas, levando muitas vezes à migração forçada destas populações para áreas urbanas ou menos protegidas. Essa migração pode ser uma resposta direta às políticas de conservação que limitam o acesso aos recursos naturais dos quais essas comunidades dependem para sua sobrevivência. O conservacionismo, ao buscar preservar a biodiversidade e os ecossistemas, deve considerar as necessidades e os direitos das populações tradicionais, promovendo uma abordagem que integre a conservação ambiental com a assistência social adequada (FERREIRA, 2024).

Essas mudanças são parte do processo contínuo de adaptação e resiliência das populações ribeirinhas (CRUZ 2023; SICSÚ *et al.* 2021). As representações das comunidades ribeirinhas pela sociedade mais ampla muitas vezes envolvem estereótipos que não capturam a complexidade e a riqueza de suas culturas. No entanto, as próprias comunidades desenvolvem formas de autorrepresentação que afirmam sua identidade e desafiam essas visões estereotipadas, promovendo um entendimento mais autêntico e respeitoso de suas vidas e culturas (SICSÚ *et al.* 2021).

Comparar as comunidades ribeirinhas da Amazônia com aquelas de outras regiões, como o Pantanal Setentrional ou Baixo Tocantins, no Estado do Pará, revela tanto semelhanças quanto diferenças significativas em seus modos de vida, organização social e estratégias de adaptação ambiental. Essas comparações etnológicas são valiosas para compreender a diversidade e a complexidade das populações ribeirinhas brasileiras (SANTOS 2018; SILVA 2017).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

3 ADICIONANDO CATEGORIAS DE ANÁLISE MARXIANAS

No momento de instituição do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, foram apresentados os seguimentos dentro desses povos e comunidades, a saber (BRASIL, 2016, Art. 4º, § 2º): povos indígenas; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; povos ciganos; pescadores artesanais; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores sempre vivas; pantaneiros; morroquianos; povo pomerano; catadores de mangaba; quebradeiras de coco babaçu; retireiros do Araguaia; comunidades de fundos e fechos de pasto; ribeirinhos; cipozeiros; andirobeiros e caboclos.

Isso significa que a distinção entre os diversos grupos e comunidades tradicionais é fortemente atravessada pelas relações de trabalho. A categoria trabalho, tal como apresentada por Marx (2014) como um construto da práxis humana, é central para essa análise. Para produzir seus meios de existência, o ser humano insere, entre a necessidade e a satisfação imediata, o trabalho, que passa a ser o intermediário entre o ser social e a natureza. Para que o fim desejado se torne uma realidade, o ser social escolhe entre várias alternativas, meios para transformação de objetos naturais e instrumentos, criando, então, uma relação única em toda vida orgânica: a relação entre sujeito e objeto.

Quando se pensa nos ribeirinhos, a partir da revisão bibliográfica, não parece haver uma única forma de trabalho; eles incluem pescadores artesanais, extrativistas, marisqueiras, agricultores familiares entre outros. O que há de comum, no sentido filosófico, é que todos realizam a transformação da natureza através do trabalho, atendendo às suas próprias necessidades. Esse processo não visa prioritariamente um excedente de valor e sua organização baseia-se em uma simplificada divisão sociotécnica do trabalho, como a divisão por gênero.

Sua intrincada relação com o território não estimula a separação do trabalhador do produto do seu trabalho, ou seja, não favorece a expropriação do trabalhador da produção de seus meios de subsistência, que é pouco dinamizada pelo modo de produção capitalista. Portanto, para retomar os achados da revisão bibliográfica, o modo de vida e as formas de organização da produção, prevalecem como o trabalho enquanto manifestação de vida. Para Marx (2014), trata-se da dimensão inerente ao ato de se recriar indeterminadamente como ser humano, o eterno tornar-se um ser para-si.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Costa (2007) explica que essa dimensão do processo de trabalho possibilita a reprodução histórica do ser social, além de sua transformação de pura singularidade em individualidade, ou seja, o desenvolvimento da personalidade humana. Assim, na relação dialética entre ser social e natureza, o ser social desenvolve suas capacidades individuais, como habilidade e criatividade.

As reflexões marxistas são relevantes para compreender que as principais fontes de alienação do trabalhador submetido ao capital são o fato de possuir apenas sua capacidade de trabalho para viver e, conseqüentemente, se ver alienado em relação à natureza, a si mesmo e à sua atividade vital. Esse trabalhador não se confirma mais como um ser social, na medida em que não se identifica num mundo que ajudou a construir, nem se reconhece em sua relação com outros seres humanos. Em contraste, a população ribeirinha mantém uma relação direta com a natureza para atender às suas necessidades (MÉSZÁROS, 2006).

Outra categoria de análise relevante é a formação socioespacial, que, segundo Santos (1977), envolve e explica o que foi chamado de modo de produção, formação social e espaço. Essas dimensões precisam ser analisadas de maneira interdependente, pois constituem o mesmo movimento histórico e espacial determinado em conjunto pela formação socioeconômica. Assim, ao estudar a formação socioespacial, entendemos um complexo articulado a partir do espaço, que inclui a formação social, as formas de organização social e de produção, bem como modos de vida. O Espaço é social, resultado humano em relação com a natureza. Além disso, para o autor, a categoria formação socioespacial abrange não apenas essas dimensões, mas também aspectos políticos, culturais e sociais, incluindo questões como o racismo.

A partir de Santos (idem), o conceito elaborado na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de 2007, ganha contornos mais definidos:

[povos e comunidades tradicionais abrangem] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, Art. 3º, inciso I).

Essa formação socioespacial que particulariza a população ribeirinha se coloca à margem do modo de produção capitalista, uma vez que este não necessita recrutá-la como força de trabalho assalariada e/ou como população excedente para as necessidades médias de acumulação de capital. No entanto, em períodos de crise de capital, essas populações podem ser forçadas a abandonar o território que ocupam há gerações, por meio dos mecanismos de acumulação por desapossamento ou por espoliação, conforme explicado por Lencioni (2012). Isso

representa uma atualização das formas de espoliação que produziram capital nos moldes da acumulação primitiva, reinventando estratégias de fraude, violência, trabalho análogo à escravidão, roubo e grilagem de terras, entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição de “ribeirinhos” continua a ser um desafio, com implicações significativas para a formulação e desenvolvimento de políticas públicas, além da compreensão acadêmica dessas populações. A diversidade das comunidades e as variações regionais complicam a formulação de uma definição única que possa abranger a complexidade das realidades ribeirinhas, especialmente na Amazônia. Essa definição conceitual pode levar a generalizações imprecisas e a abordagens inadequadas tanto na pesquisa quanto na formulação de políticas.

A metodologia marxista permite uma análise crítica das relações socioeconômicas e culturais das comunidades ribeirinhas, na medida que buscam compreender essas relações como complexos que interagem entre si, numa totalidade. O materialismo histórico-dialético, permite compreender que a formação socioespacial determinam a organização sociocultural e o uso do espaço/território pelas comunidades ribeirinhas.

A contribuição das categorias de análise marxistas para “ribeirinhos” para as políticas públicas podem contribuir para identificação de lacunas e falhas em relação as especificidades e necessidades dessas comunidades, para compreensão mais aprofundada das complexas relações entre trabalho, território e identidade. Mas que também considera a formulação de políticas que garantam o acesso a serviços e infraestrutura, que valorize as práticas sustentáveis tradicionais, além de impedir expropriações, reconhecendo os direitos de posse e uso dos recursos naturais, como parte da vida e cultura dos “ribeirinhos”.

O elemento de formação socioespacial e as atividades integradas e adaptadas às condições naturais do ambiente fluvial compõe uma das dimensões mais importantes para conceituar as comunidades ribeirinhas. Para uma pesquisa de horizonte teórico-metodológico marxista, é preciso também reconhecer a dimensão da relação entre o trabalho e a natureza, pois é a totalidade desses complexos que permite compreender a organização sociocultural e políticas baseadas em redes de parentesco e formas tradicionais de liderança.

Perceber o conceito de ribeirinhos na relação com a categoria trabalho, permite também reconhecer que na medida em que não buscam excedente de valor e não estão vinculados



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

diretamente às práticas de assalariamento burguês, igualmente terão dificuldades de acesso às políticas contributivas, como a previdência, bem como enfrentam desafios com a falta de acesso a serviços públicos e a falta de medidas efetivas para proteger os territórios das comunidades ribeirinhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Ana Benedita Dias; SUTO, Gabriela Alves. O Limite Territorial da Política de Assistência Social: desafios à consolidação da proteção social aos povos ribeirinhos marajoaras. **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP**, São Luís, Maranhão, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016**. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 maio 2016.

CAÑETE, Voyner Ravena; CAÑETE, Thales Maximiliano Ravena. Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos. **Anais do V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS**, Florianópolis, Santa Catarina, 2010.

CARDOSO, Maria Bárbara da Costa; HAGE, Salomão Mufarrej. No Remanso do Contexto Ribeirinho Quilombola da Amazônia. **Revista Margens**, Pará, 2016.

CASTRO, Elizarégia Reis de. Comunidades Ribeirinhas: identidade e diversidade. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, Brasil, v. 3, n. 1, p. 1–11, 2023. DOI: 10.51473/ed.al.v3i1.500.

CHASIN, José. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

CONCEIÇÃO, Marcelo Silva da; SODRÉ, Michelle Cristina Ribeiro; FILHO, Sérgio Luiz Cortinhas Ferreira. Comunidades Ribeirinhas da Amazônia: reflexões sobre o saber e o viver. **X Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP**, São Luís, Maranhão, 2021.

COSTA, Gilmaisa Macedo. **Indivíduo e sociedade**: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács. Maceió: EDUFAL, 2007.

FERREIRA, Gicele Brito. Conservacionismo ambiental, assistência social e o atendimento a populações tradicionais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 3, 2024.

LEÃO, Ariete Pastana; COSTA, Aelton Dias; RODRIGUES, Eliana Teles. Acordo de Pesca como estratégia de apropriação do território ribeirinho: um outro desenvolvimento possível no Baixo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tocantins, PA. **XI Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP**, São Luís, Maranhão, 2023.

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confins**, Paris, França, v. 14, p. 1-17, mar. 2012.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações** (Campo Grande) [online]. 2016, v. 17, n. 1, pp. 66-76.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2014. (Livro I: O processo de produção do capital). *E-book*.

MASULO DA CRUZ, Manoel de Jesus. Caboclos-Ribeirinhos: camponeses na Amazônia. **Revista Geonorte**, [S. l.], v. 14, n. 46, 2023. DOI: 10.21170/geonorte.2023.V.14.N.46.278.297.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAULO, Paula P. **650 mil famílias se declaram “povos tradicionais” no Brasil**: conheça os kalungas, do maior quilombo do país. *G1*, São Paulo, 29 out. 2019. Natureza. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/10/29/650-mil-familias-se-declaram-povos-tradicionais-no-brasil-conheca-os-kalungas-do-maior-quilombo-do-pais.ghtml>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SANTOS, Ingrid Regina da Silva; ALMEIDA, Maria Geralda de. Território e Lugar: considerações sobre o viver ribeirinho no pantanal setentrional. **Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 69 (Dossiê: Geografia Cultural), p.189-209,dez. 2018.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1997.

SICSÚ, Larissa da Silva; RAPOZO, Pedro; SANTOS, Eneila Almeida dos. Ethos amazônica: a poíesis dialógica identitária ribeirinha. **Periódicos UFPA**, Pará, v. 9, n. 3, 2021.

SILVA, Iêda Rodrigues. Modo de vida ribeirinho: construção da identidade amazônica. **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP**. Maranhão, 2017.